



***AÇÃO DOCENTE E O DIÁLOGO INADIÁVEL SOBRE A DIVERSIDADE
NA OBRA "A CONVERSA SOBRE GÊNERO NA ESCOLA", DE MARCOS
RIBEIRO***

***ACCIÓN DOCENTE Y EL DIÁLOGO NO INEVITABLE SOBRE LA
DIVERSIDAD EN EL LIBRO "LA CHARLA SOBRE EL GÉNERO EN LA
ESCUELA", POR MARCOS RIBEIRO***

***TEACHING ACTION AND THE UNAVOIDABLE DIALOGUE ON DIVERSITY
IN THE BOOK "THE TALK ABOUT GENDER IN SCHOOL", BY MARCOS
RIBEIRO***

Edimauro M.C. Ramos ¹

RESUMO

Sob um olhar interdisciplinar, a obra "A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e políticos-pedagógicos", do autor e pedagogo Marcos Ribeiro, delinea perspectivas do trabalho docente em torno deste tema, os seus desafios e suas possibilidades. O presente artigo pretende, por intermédio da revisão bibliográfica, promover interlocuções teóricas e dialogar sobre as potencialidades propostas no livro de Ribeiro no que se refere a inserir esses debates e mediá-los entre o trabalho docente e gênero, bem como refletir sobre a maneira de conduzir esses debates. Constata-se através do estudo que, por meio da introdução do tópico gênero nos mais diferentes contextos da escola, os professores/as e os educandos são condicionados a reivindicar por um espaço mais democrático e que abranja e respeite as diversidades.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Trabalho docente. Escola.

RESUMEN

Bajo una visión interdisciplinaria, el trabajo "La conversación sobre género en la escuela: aspectos conceptuales y político-pedagógicos", del autor y pedagogo Marcos Ribeiro, describe las perspectivas del trabajo docente en torno a este tema, sus desafíos y sus posibilidades. Este artículo pretende, a través de la revisión bibliográfica, promover diálogos teóricos y diálogos sobre las potencialidades propuestas en el libro de Ribeiro con respecto a insertar estos debates y mediarlos entre el trabajo docente y el género, así como reflexionar sobre la forma de conducir estos debates. A través del estudio se puede ver que, al introducir el tema de género en los contextos más diferentes

¹Graduado em Pedagogia. Faculdades Integradas de Itararé/SP, Brasil.

de la escuela, los docentes y los estudiantes están condicionados a reclamar un espacio más democrático que abarque y respete la diversidad.

PALABRAS-CLAVE: Género Trabajo docente. Escuela.

ABSTRACT

By an interdisciplinary view, the work "The conversation about gender in school: conceptual and political-pedagogical aspects", by the author and pedagogue Marcos Ribeiro, outlines perspectives of teaching work around this theme, its challenges and its possibilities. This article intends, through bibliographic review, to promote theoretical dialogues and dialogue about the potentialities proposed in Ribeiro's book with regard to inserting these debates and mediating them between teaching and gender, as well as reflecting on the way of conduct these debates. It can be seen through the study that, by introducing the topic of gender in the most different contexts of the school, teachers and students are conditioned to claim for a more democratic space that embraces and respects diversity.

KEYWORDS: Gender. Teaching Work. School.

* * *

“O tema gênero não é um tema isolado, mas uma ‘conversa’ com várias ciências.”

Marcos Ribeiro

Gênero, trabalho docente e possibilidades: primeiras palavras

Compreendendo o espaço escolar como o local em que transitam inúmeras narrativas e biografias, somos convencidos a encarar um panorama educacional ainda despreparado e relutante para abrigar essas histórias e respeitá-las. Nessa rede de subjetividades que se configura a escola, os currículos e práticas pedagógicas que agem em volta e entre elas buscam, segundo Caetano (2016), universalizar significações culturais, ao mesmo tempo em que moldam as performatividades que destoam dos parâmetros, educando-se os gêneros.

Desviar-se de tais dispositivos de diferenciação no solo da escola não é uma tarefa ilesa de repreensão ou de discursos interpelados por embates antigênero. Existem nessas práticas, como nos diz Tadeu da Silva (2000, p. 13), “algo como um núcleo essencial de subjetividade que pode ser pedagogicamente manipulado [...]”, ou seja, elementos que objetivam defender e atualizar as balizas de uma normatividade secularmente imposta e institucionalizada como matriz.

No entanto, os indivíduos que perpassam pelos devaneios das ameaças, das discriminações e da intolerância são tão escritores de suas narrativas de luta quanto os professores/as que querem mudar e subverter esses enredos. Bell Hooks (2013, p. 35), sob uma ótica freiriana, destaca que “quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos a serem chamados a partilhar, confessar.” Sendo assim, cada diálogo proferido, cada ação e cada investimento, seja ele qual for, pode contribuir para consolidar ou transformar essas conjunturas na escola.

Louro (1997) nos lembra que no âmbito educacional práticas conflitantes sobre as representações identitárias ainda são coexistentes, uma vez que ainda provocam impasses e demarcações. Por outro lado, Teixeira e Pádua (2009) notam que a geração atual de professores/as, apesar de terem a sua “vocaçãõ” explorada profissionalmente, não se submete mais a ser caracterizada como automatizada, programável.

Pensando nessas narrativas, Marcos Ribeiro, escritor e professor brasileiro, reuniu profissionais de diversas áreas do conhecimento para dialogar sobre a introdução dos debates sobre gênero e diversidade sexual na escola e, acima de tudo, destacar a ação docente nesse processo. O livro “A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e políticos-pedagógicos” foi lançado em 2019 com uma proposta multi e interdisciplinar, refletindo sobre a seriedade deste tópico no trabalho docente, se fazendo valer de múltiplos recursos e linguagens.

Nesta perspectiva, Costa e Bitencourt (2012) assinalam que muitos são os recursos teórico-metodológicos que podem subsidiar a discussão sobre a categoria gênero em sala de aula. Desta forma, elencando a obra de Marcos Ribeiro como uma grande potência para esse enlace, vislumbra-se que o livro, ao compor o acervo docente e estar presente em suas formações e em seu trabalho em sala de aula, pode ter um efeito significativo, formativo e convidativo, pois produz não um, mas vários olhares a respeito da introdução da temática entre os professores/as e suas respectivas áreas do conhecimento.

A presente pesquisa nas possibilidades de seus aspectos metodológicos que trilham o caminho da revisão bibliográfica, busca refletir sobre as aberturas apontadas por essa obra de Marcos Ribeiro, contrastando-as e dialogando-as com demais apontamentos teóricos no que embasam essas potencialidades pedagógicas e formativas que a obra e suas finalidades podem contribuir e fomentar para a aproximação dos temas gênero e sexualidade no trabalho e cotidiano docente.

Docência, dissidências e suas pedagogias

A escola, para Saviani (1991, p. 23), tem a incumbência de “[...] propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. O acesso ao saber e às suas ferramentas, em suma, são mediados por meio de um bom ensino, o qual, conforme Vygotsky (1998, p. 114), só é bom àquele que “[...] se adianta ao desenvolvimento.” Basso (1988) profere que esse desenvolvimento do aluno só é possível perante a apropriação do conhecimento já aprendido e o qual está em processo de consolidação.

No trabalho docente, como explora Nóvoa (1995, p. 16), “é preciso destacar que o cotidiano não é uma propriedade ou produto que se deve dominar, mas como um lugar de lutas e conflitos, que se constrói maneiras de ‘ser e estar na profissão’”, ou seja, processo que deve ocorrer “na promoção das aprendizagens, mas também na construção de processos de inclusão, que respondam aos desafios da diversidade.” (NÓVOA, 2009, p. 23)

Considerando a diversidade, não raro na escola vê-se que as identidades dissidentes são cercadas por incontáveis dispositivos de regulação. Santos (2019, p. 84) sustenta essa visão afirmando que “a escola também é um lugar permeado por relações de poder, imposição de hierarquias e de reprodução da heteronormatividade.” Os/as educadores/as não se eximem desse processo, pois “mostram-se quase sempre perplexos, desafiados por questões para que as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis.” (LOURO, 2004, p. 27)

Como vislumbra Scott (1990), as relações de poder agem através do gênero, assim como por intermédio das inúmeras abordagens de cunho sexistas, machistas e lgbtqifóbicas, sobretudo na escola, espaço esse que é armado de concepções e ferramentas pedagogizantes da sexualidade e do gênero. Na contemporaneidade, somos interpelados pela promoção de discursos sedutores e perigosos, como o factóide da “ideologia de gênero”, por exemplo, e todos os discursos equivocados que o cercam.

Nesse enquadre, percebe-se qual é o lugar das diversidades identitárias no trabalho docente, o qual recorre a mecanismos mais severos de legitimação da hegemonia: as pedagogias de gênero e da sexualidade. Louro (1999) afirma que estas pedagogias efetuam um investimento frequente que reitera as identidades e suas práticas hegemônicas, uma vez que subordinam, negam e recusam outras possibilidades identitárias.

Para Bento (2011), elas visam aparelhar os corpos para a vida ancorada na heterossexualidade, arquitetada a partir da noção de binária. Essas pedagogias de gênero e da sexualidade podem ser salientadas em muitas práticas docentes, especialmente naquelas em que os educadores e educadoras, de acordo com Miskolci (2005), aderem ao silêncio perante a situações de manifestação da sexualidade ou identidade de gênero percebidas como diferentes, tornando-se coniventes para com os episódios de ridicularização desses educandos diante do público escolar.

Pamplona et al. (2017) dissertam que a escola estrutura e conduz essas pedagogias normalizadoras, transportando as identidades dissidentes à luz da exclusão e da discriminação. Se os debates sobre gênero, como endossa Scott (1990, p. 86), se configuram em “uma forma primária de dar significado às relações de poder”, é certo destacar então que a estratégia da escola em se munir de escapatórias pedagógicas é, sem dúvidas, orientada para nutrir a hegemonia de sua vocação normatizadora, a qual se vê em constante ameaça.

Louro (1997, p. 85) reflete que o apagamento e esse conflito com as identidades que escapam das balizas heteronormativas são instrumentados pelo currículo e outros aspectos que “dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos”, isto é, por meio destas estruturas, ela produz sujeitos e identidades que são dirigidos a se alinhar aos parâmetros, exercendo manutenção sobre estes. A autora, ao resgatar lembranças da sua vida escolar, compartilha conosco que a escola deixou “marcas expressivas em *meu* corpo e *me* ensinou a usá-lo de determinada forma.” (LOURO, 2000, p. 17, grifos meus)

Em suma, Warner (1993) observa que a escola é um ambiente que corrobora com a (re)produção da heteronormatividade, sendo percebida como via única de expressão. Dinis (2008) argumenta que, no que se refere à esfera educacional, discutir as questões sobre diversidade sexual e de gênero não diz respeito apenas aos grupos minoritários, ou seja, é uma iniciativa que deve partir de todos os educadores e educadoras que dividem tal espaço.

Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 74), se referindo às propostas da introdução dos temas no trabalho docente, questiona como seria “uma pedagogia e um currículo que não se limitassem a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscassem problematizá-las?”. Rizza e Ribeiro (2017, p. 67), recomendam e ressaltam que “para pensar e promover uma educação para a diversidade, é preciso possibilitar que se constituam propostas pedagógicas que reconheçam e legitimem a diferença.”

“A conversa sobre gênero na escola”: deslocamentos propostos no livro de Ribeiro e interlocuções com a bibliografia

A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Por mais que se invista na equipagem das escolas, em laboratórios, bibliotecas, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campos de futebol – sem negar a importância de todo esse instrumental -, tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparados ao papel e à importância do professor. (CHALITA, 2001, p. 163).

A partir da reflexão de Chalita sobre o professor, destacamos que a “cultura do cuidado”, ou seja, os laços afetivos, como nos diz Carvalho (1998), não deve ser excluída da prática docente, pois é um componente essencial que, segundo a autora, surge como crítica a um profissionalismo que enfatiza apenas o cognitivo. No que respeito diz ao gênero e à sexualidade nessa pedagogia, “envolvem as multiplicidades de formas de viver as práticas escolares, os marcadores de gênero, os deslocamentos dos sujeitos, as necessidades biográficas e de bem-estar.” (CAETANO, 2016, p. 66)

Refletimos cá também a importância de um embasamento teórico-metodológico consistente na ação docente, a qual obviamente é (ou deveria ser) orientada por um aporte teórico condizente. Becker (1993) ressalta que o incessante afastamento entre a teoria e a prática é derivado de um trabalho docente que se sustenta pelo senso comum ou pelo senso intuitivo.

A prática docente se consolida como significativa se embasada em um rico construto teórico que norteie essas ações, questionando-as, inquietando-as e transformando-as. Butler (apud MAC AN GHAILL, 1996, p. 198), no tocante ao trabalho docente munir-se de referenciais para pautar as questões de gênero, está convencida de que “é crucial manter um aparato teórico que leve em consideração o modo como a sexualidade é regulada através do policiamento e da censura do gênero.”

Ao alinharmos o silenciamento ainda persistente aos aparatos e pesquisas que oportunizem esses debates na ação docente, Paraíso (2018) alerta que tudo o que conquistamos sobre currículo, gênero, sexualidades até agora está passível de retrocesso. Entretanto, como nos lembra Butler (2006, p. 70), na luta para subverter esse retrocesso que atribui causas, gêneses e ofensas às diferenças e diversidades, devemos ter em mente que o gênero “pode muito bem ser o aparato do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados.”

Reunindo esses questionamentos, inquietações e esperanças em conduzir esses caminhos com a finalidade de, como inspira Paraíso (2018, p. 27) buscar “uma entrada para falar das saídas”, Marcos Ribeiro escreveu com a colaboração de psicólogos/as, educadores/as, profissionais da área da sociologia, antropologia, do Direito e até de um estudante do ensino médio a obra “A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos”, lançada em 2019. A seguir, serão destacados alguns pontos dessa obra produzindo outras flexões teóricas a partir destes pontos.

Adentrando às possibilidades de manejo e percepção acerca do gênero e das sexualidades na educação e no currículo expostas por Ribeiro em seu livro, recorremos à Paraíso (2018) que ressalta que sim, podemos entrar pelo currículo de diversas maneiras. Braga (2019, p. 144) compondo a obra de Ribeiro, assegura que “os profissionais da educação que tiverem os temas de gênero incluídos nos planos pedagógicos podem incluí-los nos seus planos de ensino com garantias legais.”

Braga ainda ratifica no livro que documentos como o Conselho Nacional de Educação (CNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Estatuto da Juventude amparam o ensino para diversidade. No que tange à Constituição Brasileira de 1988, os profissionais “não precisam se sentir ameaçados ao tratar deste tema. A carta magna brasileira ampara crianças, adolescentes e jovens, bem como professores/as com relação ao ensino de sexualidade e gênero nas escolas.” (BRAGA, 2019, p. 147).

Acalorando ainda mais os debates sobre os arcabouços jurídicos que garantem o ensino sobre as questões relacionadas ao gênero e sexualidade Junqueira (2019) apresenta no capítulo do livro em questão “A invenção da ‘ideologia de gênero’”, regimentos, brechas e leis para que essas falsas ideologias sejam combatidas com conhecimento e veracidade. Sobre o que nos diz Junqueira, as autoras Cardoso e Paraíso (2015) reforçam esse pensamento dizendo que, de fato, essas tecnologias de gênero são utilizadas para reafirmar territórios e demarcar a heteronormatividade.

Segundo Junqueira (2017; 2019), tanto na obra de Ribeiro quanto em suas demais produções, a “ideologia de gênero”, a qual teve sua origem em meados da década de 90 nos embates repercutidos pela igreja católica, tem sido um mecanismo para intimidar docentes e escolas a não falar sobre o tema. Vindo ao encontro do que profere Junqueira sobre esse mecanismo, Louro (2004) discorre e abre o leque de percepção de que os mesmos são investimentos produzidos por inúmeras instâncias sociais e culturais, assim como se faz presente nos mais diferentes espaços, incluindo as igrejas, a família, escolas e a medicina.

Junqueira (2019, p. 132) argumenta que, no que tange ao tema gênero, “ao definirem o papel da educação escolar, fazem prevalecer uma concepção democrática, pluralista e inclusiva de educação.” Flexionando com Auad (2014, p. 35), tal escola e educação que promovam a democracia só serão possíveis “a partir de um conjunto de ações adequadas e sistematicamente voltadas para a sua existência e manutenção.”

Abordando sobre o trabalho docente, Ribeiro (2019), no capítulo dez de sua obra, nos guia pra um debate sobre “A abordagem do tema sexualidade e gênero em sala de aula”. Ribeiro, se fazendo valer da proposta interdisciplinar do gênero em seu livro, ou seja, a conversa com várias disciplinas curriculares, oferece propostas para que os temas gênero e sexualidade figurem nas aulas de História, Português, Ciências, Geografia e nas demais disciplinas.

Neste capítulo de seu livro o autor destaca por meio de sugestões de atividades com professores/as, alunos/as e nas diferentes disciplinas do currículo que “o tema gênero não é um tema isolado, mas uma ‘conversa’ com várias ciências.” (RIBEIRO, 2019, p. 14). Küchemann, Bandeira e Almeida (2015) concordam com essa face interdisciplinar do gênero ao dizer que são falaciosas as áreas do conhecimento que negam e se declaram desprovidas ou neutras das questões de gênero.

No final de cada capítulo de seu livro, Ribeiro sugere um tipo de atividade, seja ela uma dinâmica, um bate-papo, uma reflexão sobre gênero e sexualidade que pode ser adequada à diferentes agrupamentos de alunos e alunas, docentes e equipes. Duque (2013, p. 42) assente com o que Ribeiro pretende em seu livro, concordando que para estudarmos gênero e sexualidade em quaisquer que sejam os espaços e ciências da sociedade, é preciso estudá-los sob a interdisciplinaridade. Silva e Silva (2009) também defendem que as questões relacionadas às sexualidades e suas interseccionalidades com gênero, raça e classe não são específicas de apenas uma área do saber, pois são conhecimentos produzidos e baseados em referenciais interdisciplinares.

Ribeiro ainda reforça que “a escola, no caso, pode exercer um papel muito importante para a realização de um trabalho que pode ser por meio da interdisciplinaridade.” (RIBEIRO, 2019, p. 157). Ele também ilustra que, além do espaço da sala de aula, a conversa sobre gênero está nos corredores, no pátio, na hora do recreio, e esse é o indicativo de que a mudança precisa acontecer. Se planejado e incorporado no Projeto Político-Pedagógico da escola, este trabalho pode ser “transversal, o que vai ser preciso a educação continuada, com professores de várias áreas do conhecimento.” (RIBEIRO, 2019, p. 158).

Se a escola como aponta Ferreira (2011) se configura como um dos principais espaços para a difusão das relações de gênero, Ribeiro (2019) acredita que se essas marcações de gênero estão no processo de formação do meninos, é por meio da escola e da educação que podemos reverter esse ciclo, colaborando para uma educação pautada na equidade de gênero.

A escola não deve, como profere Ribeiro (2019), fechar os olhos para essa realidade, considerando que todos esses aspectos se convergem com a formação e construção das pessoas. Perante as perspectivas e ferramentas disparadas e vislumbradas por Ribeiro, precisamos então, como tece Traversini (2012), compreender as transformações sociais que se fazem presentes na escola, afim de desconstruir a visão de que esses conhecimentos não fazem parte dela.

Entre o real e o possível: o que podemos incorporar sobre o gênero nas práticas educativas?

Como resposta para tal pergunta, Ribeiro e os autores convidados, como já citado anteriormente, oferecem uma sugestão de trabalho, temas para bate-papos, com suas ferramentas e estratégias para disseminar e construir conhecimentos em torno da temática nos mais diferentes contextos, para educandos, educadores e a gestão escolar. Mas fica claro que estas sugestões pedagógicas são nortes, não estabelecimentos, ou seja, podem ser adequadas às mais diferentes realidades, espaços e públicos.

No entanto, em meio ao leque de opções e caminhos que este livro nos leva, sabemos que o cotidiano escolar e a educação para a diversidade requerem outras posturas também resistentes, ou como nos diz Paraíso (2018) requerem “resistências criativas”. Bento (2011) reflete sobre o paradoxo que enfrentamos no contexto educacional, proferindo que a mesma escola que se apresenta como um espaço munido de ferramentas para oferecer uma educação para a igualdade é a mesma que se põe como guardião dos ditames de gênero.

Qual é o melhor momento para essa mudança ocorrer no cenário educacional e que comece a figurar nas práticas pedagógicas? Marcio Caetano acredita que:

[...] o tempo privilegiado de preocupação escolar seja o futuro, ainda que nossas ações nos levem a acreditar que seja o presente. É exatamente no futuro que nossos atos docentes almejam construir cenários diferenciados daqueles que vivenciamos no presente, principalmente se falamos de estrutura de plena desigualdade econômica. (CAETANO, 2016, p. 28)

Porém, apesar da análise crítica da realidade como vislumbra Caetano, a obra de Marcos Ribeiro nos mostra que o tempo para essa transformação é o agora, pois este debate é inadiável, portanto, imprescindível. Em outras palavras, se estivermos protegidos legal e curricularmente sustentados por olhares teórico-metodológicos adequados, nos caberá criar ocasiões para argumentar e problematizar, caso deixemos as ocasiões escaparem.

Portanto, como defendem Bortolini et al. (2014, p. 112), a nossa fala, ela “ratifica ou retifica. Reforça ou subverte. [...] A nossa fala é o nosso instrumento político nesse jogo hoje, aqui e agora.” Tecer outras narrativas e contemplá-las no espaço escolar por meio do trabalho docente é compreender que, parafraseando Lagarde y de los Rios (2004), cada biografia e narrativa são como epistemologias, ou seja, são dispositivos metodológicos capazes de inspirarem aprendizagens e transformações.

Palavras conclusivas

Que o gênero tem de passar da área do campo teórico e ser incorporado como narrativa em todos os espaços sociais, inclusive no espaço escolar, é fato. Portanto, são urgentes as ferramentas, direcionamentos e embasamentos teórico-metodológicos que ampliem a gama de conhecimento acerca desses debates tão complexos e ricos no chão da escola. Porém, termos em mente que nenhum material é um manual de instruções dessa “coisa” a qual chamam de gênero é essencial para dar-nos a abertura para repensarmos práticas docentes mais humanas, dialogáveis e transformadoras.

Vemos bem essa proposta na obra de Marcos Ribeiro, a qual pode ser extremamente necessária e potencializadora na formação continuada de professores/as, em formações, reuniões pedagógicas, em sala de aula, com os pais, com as demais partículas que constituem a escola. Ribeiro e os demais autores dos diversos segmentos nos confortam e ao mesmo tempo nos inquietam com a infinitude de possibilidades dialógicas de falar sobre gênero e das nuances das sexualidades sob o viés da educação e da docência.

Vindo em um momento delicado, mas propício para deliberações, a obra, em suas possibilidades, refuta bases de senso comum sobre possíveis “ideologias de gênero”, indaga sobre a questão legal e normativa da Educação para a diversidade e o papel a ser desempenhando por docentes e profissionais da educação.

Em suma, fica evidenciada a potencialidade pedagógica desse material tão rico e as reflexões que ele propicia. Recomenda-se esse livro ao acervo de professores/as, psicólogos/as, artistas, profissionais da saúde e entre profissionais de outros segmentos que pensam a tríade gênero–sexualidade–educação como um debate inadiável e inerente ao ser humano e à contemporaneidade.

Referências

AUAD, D. Igualdade de gênero e co-educação: reflexões necessárias para a construção da democracia. In: SIERRA, J. C.; SIGNORELLI, M. C. *Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e diversidade, raça e etnia*. Matinhos: UFPR Litoral, 2014.

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 19, n. 44, p. 19-32. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Mar. 2020.

BECKER, F. *A Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, vol. 19, nº2, p. 549-559, 2011.

BORTOLINI, A. et al. *Trabalhando diversidade sexual e de gênero na escola: currículo e prática pedagógica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

BRAGA, M. Debater sexualidade e gênero em sala de aula é um direito constitucional. In: RIBEIRO, M. (Org.) *A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos*. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2019.

BUTLER, J. *Deshacer el género*. Paidós, Barcelona, 2006.

CAETANO, M. *Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Editora Appris, 2016.

CARDOSO, L.R; PARAÍSO, M. A. Tecnologia de gênero e a produção de sujeitos no currículo de aulas experimentais de ciências. *Currículo sem fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 155-177, 2015.

CARVALHO, M. de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, C.; HOLLANDA, H. B. de (orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: FCC/Editora 34, 1998. p. 379-409.

CHALITA, G. *Educação: a solução está no afeto*. 6. ed. São Paulo: Gente, 2001.

COSTA, P. R. S. M.; BITENCOURT, S. M. Gênero: a questão das diferenças. In: RAMALHO, J. R.; SOUSA, R. A. (Org.). *Sociologia para o ensino médio: conteúdos e metodologias*. Campina Grande: UFCG, 2012, v. 1, p. 129-139.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09>. Acesso em: 05 abr. 2019.

DUQUE, T. *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas-SP.

FERREIRA, M.O.V. Direito social à educação: elementos iniciais para situar uma política de gênero na universidade. *Educação (UFSM)*, v. 36, n. 2, p. 189-202, 2011.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão de Cipola. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, JOANALIRA, C. (orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017, pp.25-52.

_____. A invenção da “ideologia de gênero”. In: RIBEIRO, Marcos. (Org.) *A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos*. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2019.

LAGARDE, M. La multidimensionalidad de la categoría género y del feminismo. *Metodología para los estudios de género*. México: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 1997.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAC AN GHAILL, M. *Deconstructing heterosexualities within school arenas*. Curriculum Studies. Vol. 4 (2), 1996.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; ABRAMOWICZ, Anete. (Orgs.) *Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Papirus Editora, 2005.

NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PAMPLONA, R. S. et al. *Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades*. Dissertação de Doutorado. 2017.

PARAÍSO, M. A. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, M. A; DA SILVA CALDEIRA, M. C. (Ed.). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Mazza Edições, 2018.

RIBEIRO, M. (Org.) *A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos*. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2019.

RIZZA, J. L; RIBEIRO, P.R.C. Produzindo olhares sobre a sexualidade em políticas públicas educacionais. In: RIBEIRO, P. R. C; MAGALHÃES, JONALIRA, C. (orgs.) *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 2ª ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

SANTOS, É. S. *Lgbtphobia na Educação e a Atuação da Gestão Escolar*. Editora Appris, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, T. T. Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da Pedagogia Crítica. In: COHEN, J. J. *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras* / Jeffrey Jerome Cohen; tradução de Tomaz Tadeu da Silva - Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, C. B; SILVA, C. T. Formação docente em gênero e diversidade na escola. In: MINELLA, L. S. *Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola*. Mulheres, 2009.

TEIXEIRA, A. B. M; PÁDUA, C.I.P.S. Apropriação de inovações tecnológicas no trabalho docente. In: TEIXEIRA, A. B. M; DUMONT, A. (Org.) *Discutindo relações de gênero na escola: reflexões e propostas para a ação docente*. Araraquara: Junqueira e Martins editora, 2009.

TRAVERSINI, Clarice Salete. O desencaixe como forma de existência da escola contemporânea. In: SARAIVA, K; MARCELLO, F. A. *Estudos culturais e educação: desafios atuais*. Canoas: ULBRA, p. 173-186, 2012.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na Idade Escolar." *In: Vygotski, L.S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.* São Paulo, Ícone e Edusp, 1988.

WARNER, M. (Ed.). *Fear of a queer planet.* Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

Recebido em abril de 2020.

Aprovado em junho de 2020.